



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



Guairá/SP, 02 de Março de 2023

No uso de minhas atribuições **DEFIRO** o pedido constante neste ofício e termo de referência anexo.

Guairá-SP., ____ de ____ de 2023


Antonio Manoel da Silva Junior
Prefeito

Ofício DMS S nº: 057/2023

Encaminhamos este, para nos termos da legislação vigente, ser realizada a aquisição do seguinte objeto:

DESCRITIVO	
Órgão Solicitante	Secretaria Municipal de Saúde – ORDEM JUDICIAL
Justificativa/Finalidade	Contratação de tratamento dentro do Protocolo Pediasuit, conforme decisão: 1000750-68.2022.8.26.0210 informo que se trata de um tratamento não realizado pelo SUS. Ademais a presente contratação permitirá continuar cumprindo a decisão judicial, evitando ônus ao Município devera ser contratado considerando o relatório médico justificando a continuidade e aumento das sessões devido aos benefícios alcançados, conforme o juiz cita na decisão judicial: “..nos termos dos relatórios/receituários...atualizados a cada seis meses”, sendo assim sugiro (salvo melhor juízo), manter o prestador que tem atendido a menor, pois além dos benefícios atingidos se trata da inserida nos autos (inicial fls 27 e 28) por ser especialista em intervenção neuropediatria.
Objeto	TRATAMENTO DENTRO DO PROTOCOLO PEDIASUIT (SOLICITAÇÃO Nº 1508/23)
	Declaramos que o objeto a ser contratado está suficientemente descrito conforme anexo, para a formulação da proposta pertinente e consequente satisfação da Administração, não havendo, salvo melhor juízo, características restritivas que possa a dificultar a ampla concorrência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



Especificações de Prazos	VIGÊNCIA: 12 meses – para realização de 03 ciclos, sendo que cada ciclo está previsto para ser realizado em 04 (quatro) meses. EXECUÇÃO: 03 ciclos composto por 168 horas/cada, realizados a cada 04 meses.
Local de Entrega	Conforme termo de referência.
Entrega Parcelada	Conforme termo de referência.
Dotação Orçamentária	10.302.0021.2073.0000 – FICHA 441
Origem do Recurso	TESOURO.
Indicação do Gestor Contratual	Suzel Cristina Pereira Gomes, CPF: 288.535.918-89
Quantidade Total	Quantidades citadas no termo de referência

Atenciosamente,

Fernando dos Santos

Chefe do Departamento de Administração do Sistema de Saúde

Em 06 de 03 de 23,
recebi o presente.

Departamento de Compras

Exmo. Sr.
Antonio Manoel da Silva Junior
Prefeito do Município de Guairá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
01	Tratamento dentro do Protocolo PediaSuit: - 60 horas em 4 semanas (3 horas/dia por 04 semanas) seguido por um período de manutenção de 108 horas durante 03 (três) meses (03 horas/dia por 3 x na semana) *Com macacão ortopédico dinâmico Tratamento composto por 504 sessão/horas. Cód.: 053.016.046	Serviço	504 sessão/hora

Obs: O serviço poderá ser suspenso caso ocorra suspensão da decisão judicial ou fato superveniente.

2. JUSTIFICATIVA

Contratação de tratamento dentro do Protocolo Peditasuit, conforme decisão: 1000750-68.2022.8.26.0210 informo que se trata de um tratamento não realizado pelo SUS. Ademais a presente contratação permitirá continuar cumprindo a decisão judicial, evitando ônus ao Município devera ser contratado considerando o relatório médico justificando a continuidade e aumento das sessões devido aos benefícios alcançados, conforme o juiz cita na decisão judicial: “..nos termos dos relatórios/receituários...atualizados a cada seis meses”, sendo assim sugiro (salvo melhor juízo), manter o prestador que tem atendido a menor, pois além dos benefícios atingidos se trata da inserida nos autos (inicial fls 27 e 28) por ser especialista em intervenção neuropediátrica.

3. PRAZO DE ENTREGA

Os serviços deverão ser agendados no prazo máximo de 07 dias após a emissão do empenho. A contratante deverá estar localizada num raio máximo de 100km devido a condição clínica do requerente.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1. O futuro contrato terá como Gestor/Fiscal Sra. Suzel Cristina Pereira Gomes, CPF: 288.535.918-89, a Contratante e Contratado estabeleceram contato recíproco através de e-mail, telefone ou outro meio possível, oportunamente indicado, que terá validade para prática de todos os atos durante a vigência do Contrato;

4.2. A forma de aferição/medição do produto para efeito de pagamento será com base no resultado do material aplicado, conforme cronograma de atividades apresentado pela CONTRATADA, que será atestado pelo Gestor/Gestor/Fiscal Contratual;

4.3. Havendo desconformidade do produto com o cronograma, haverá o redimensionamento dos pagamentos, podendo, a critério da Administração ensejar penalidade à CONTRATADA nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



4.4. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério da Administração, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação;

4.5. Ainda caberá ao Gestor/Gestor/Fiscal Contratual a avaliação da conformidade dos produtos e dos produtos entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.2. Exercer o acompanhamento e a Gestor/Fiscalização do produto, por servidor especialmente designado, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto, fixando prazo para a sua correção;

5.4. Pagar à Contratada o valor resultante do produto, no prazo e condições estabelecidas;

5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Entregar o produto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor/Fiscal do contrato, os produtos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7. CONTROLE E GESTOR/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a Gestor/Fiscalização do produto, consistem na verificação da conformidade, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2. A verificação da adequação do produto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. A Gestor/Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. O produto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e Gestor/Fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor/Fiscal do contrato para recebimento definitivo;

8.2. O produto poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Gestor/Fiscal do contrato, as custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O produto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4. O Gestor/Fiscal emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Gestor/Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela Gestor/Fiscalização;

9. DA VIGÊNCIA

9.1. No caso de emissão de contrato este deverá ter vigência de 12 (doze) meses.

9.2. O prazo de vigência e execução poderá ser prorrogado mediante requerimento justificado, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993;

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Para os fins previstos no art. 86 da Lei 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, a título de multa de mora por dia, em caso de atraso até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, podendo ser considerado como inexecução total do objeto a partir deste prazo.

10.2. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a empresa vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades, a critério da Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa de 20% (vinte por cento) do valor apólice;

10.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos; e,

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 7º da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/MF nº 48.344.014/0001-59

secretaria@guaira.sp.gov.br

www.guaira.sp.gov.br



Lei n. 10.520/2002, quando for o caso.

10.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo.

10.4. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração, ou cobrado judicialmente a critério da Administração.

10.5. A critério da autoridade competente, com fundamento nos princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos comprovados, desde que formulada por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for oficiada a pretensão, no sentido de aplicação de pena.

11. INFORMAÇÕES

11.1. Informações complementares deverão ser solicitadas através do e-mail cotacao.pmguaira@gmail.com


Suzel Cristina Pereira Gomes
Assessora de Assistência e Forn. Ordens Judiciais